



#### 4ª.COMISSÃO PERMANENTE DE AMBIENTE E QUALIDADE DE VIDA

E

#### 8ª COMISSÃO PERMANENTE DE MOBILIDADE E SEGURANÇA

**Parecer da Proposta nº. 261/2015** – “ *Aprovar a Proposta do Plano de Ação de Ruído de Lisboa, para efeitos de envio à Assembleia Municipal para aprovação..*”

Este Parecer foi **Aprovado** por **unanimidade** das forças políticas presentes na Comissão.

**Presidente Relatora** ----- Deputada Sofia Cordeiro

**Presidente Relator** ----- Deputado Nunes da Silva



**4.ª Comissão Municipal Permanente de Ambiente e Qualidade de Vida  
8.ª Comissão Municipal Permanente de Mobilidade e Segurança**

**Parecer conjunto relativo à  
Proposta N.º 261/2015 - Aprovar a proposta do Plano de Ação de Ruído de  
Lisboa, para efeitos de envio à Assembleia Municipal para aprovação.**

**I. NOTA INTRODUTÓRIA**

Através da Proposta n.º 261/2015<sup>1</sup>, doravante designada por Proposta, subscrita pelo Vereador com o Pelouro do Planeamento, Urbanismo e Reabilitação Urbana, Manuel Salgado, e pelo Vereador com o Pelouro da Estrutura Verde e Energia, José Sá Fernandes, e aprovada por MAIORIA com 10 votos a favor (6PS, 2Ind. e 2PCP) e 3 abstenções (2PPD/PSD e 1 CDS/PP) pela Câmara Municipal de Lisboa na sua reunião de 29 de Abril de 2015, submete-se à Assembleia Municipal de Lisboa para deliberação a proposta do Plano de Ação de Ruído de Lisboa.

Tendo a Proposta sido remetida, por despacho da Presidente da AML, Helena Roseta, de 13 de Maio de 2015, para a 4.ª Comissão – Comissão Permanente de Ambiente e Qualidade de Vida e para a 8ª Comissão - Comissão Permanente de Mobilidade e Segurança, a fim de ser apreciada e, consequentemente, emitido parecer até 29 de Junho, entretanto prorrogado até 13 de Julho, cumpre proceder à emissão do mesmo, em consonância com o preceituado no artigo 76.º do Regimento da AML para o mandato 2013-2017<sup>2</sup>.

<sup>1</sup> Anexado ao presente Parecer, do qual faz parte integrante

<sup>2</sup> Aprovado pela Deliberação n.º 58/AML/2014, de 18 de Março, e publicado no 1.º Suplemento ao *Boletim Municipal* n.º 1048, de 20 de Março de 2014. Daqui em diante designado apenas por Regimento.



## II. CONSIDERANDOS

### 1. Enquadramento

A poluição sonora constitui um dos principais fatores de degradação da qualidade de vida das populações, com reflexos visíveis na conflitualidade social gerada por situações ligadas ao ruído.

O ruído assume-se como um dos problemas de saúde pública mais importantes da sociedade moderna e os seus efeitos são diversos e preocupantes. O evoluir da investigação sobre os seus efeitos nocivos na saúde tem permitido assistir a um número crescente de políticas públicas e respetivo enquadramento legislativo tendentes à minoração dos seus efeitos. Tanto as políticas de saúde da OMS, como os enquadramentos legislativos comunitários e nacional têm vindo a dar ao excesso de ruído uma importância crescente, impondo tanto o seu diagnóstico como a adoção de um conjunto de medidas que conduzam à sua redução.

Apesar de a ordem jurídica não poder garantir um direito ao silêncio, a preservação do sono e de um mínimo de tranquilidade no interior das habitações integra o conteúdo essencial do direito fundamental a um ambiente sadio e ecologicamente equilibrado (artigo 66.º, n.º 1, da Constituição).

O ruído é hoje comumente reconhecido como um dos fatores dominantes na degradação do ambiente urbano. A lesão reiterada ou prolongada do sono e da tranquilidade tem consequências sérias e gravosas no desempenho profissional, no rendimento escolar e na saúde psíquica e física. O repouso dos trabalhadores é, aliás, objeto de um direito fundamental (artigo 59.º, n.º 1, alínea d), da Constituição).

Em termos legislativos, têm vindo a ser assumidos os objetivos de prevenção do ruído e de controlo da poluição sonora com vista à salvaguarda da saúde humana e do bem-estar geral das populações.





A Lei n.º 11/ 87, de 11 de abril (Lei de Bases do Ambiente) já regulava esta matéria, tendo o Decreto-Lei n.º 251/87, de 24 de junho, aprovado o primeiro “Regulamento Geral do Ruído”, posteriormente revogado pelo Decreto-Lei n.º 292/2000, de 14 de novembro.

Os diplomas que vieram a regular a matéria subsequentemente, reforçaram o **princípio da prevenção** como princípio orientador fundamental.

O Regulamento Geral de Ruído (RGR), atualmente em vigor, foi aprovado pelo Decreto-Lei n.º 9/2007, de 17 de janeiro, e posteriormente alterado pelo Decreto-Lei n.º 278/2007, de 1 de agosto, fruto da necessidade de clarificação e articulação com outros regimes jurídicos, designadamente com o Regime Jurídico da Urbanização e da Edificação e com os procedimentos administrativos de autorização e licenciamento das atividades económicas.

A adoção de medidas de prevenção do ruído pretende salvaguardar a saúde e o bem-estar urbanos das populações, nomeadamente através do estabelecimento de níveis sonoros máximos, da redução do nível sonoro na origem através da fixação de normas de emissão aplicáveis às diferentes fontes e de uma localização adequada, no território, das atividades causadoras de ruído.

A legislação em vigor estipula a obrigatoriedade de elaboração de planos municipais de redução de ruído estabelecendo que, em municípios que constituam aglomerações com uma população residente superior a 100.000 habitantes e uma densidade populacional superior a 2.500 hab/km<sup>2</sup>, a gestão dos problemas e efeitos do ruído incluindo a sua redução são assegurados através de Planos de Ação de Ruído (PAR).

Estes Planos vinculam as entidades públicas e particulares, deverão assegurar a gestão do ruído de modo a minimizar os seus efeitos e terão como ponto de partida a conjugação do mapa estratégico de ruído com a classificação de zonas, prevista pelo RGR.

De acordo com o artigo 21º do PDM de Lisboa, em vigor, toda a área do território municipal passou a ser classificada como zona mista, não devendo ficar exposta a níveis sonoros de



ruído ambiente exterior superiores a 65 dB (A) e 55 dB (A) respetivamente para o Lden (indicador diurno-entardecer-noturno) e Ln (indicador noturno).

A grande concentração de atividades sociais e económicas no meio urbano, e as deslocações associadas, são fontes de ruído, na maioria dos casos indesejáveis. Por outro lado a multiplicidade de ofertas de comércio e serviços, é nos dias de hoje, um requisito para uma boa qualidade de vida em meio urbano. Assim, importa considerar que o ruído, sendo um efeito colateral de quase todas as atividades lucrativas, tem custos que são suportados por terceiros, alheios às receitas geradas. Falamos dos moradores da zona, já que a exposição prolongada a altos níveis de ruído tem consequências sérias e gravosas no desempenho profissional, no rendimento escolar e na saúde psíquica e física.

## **2. Histórico - Despachos e deliberações da CML**

Conforme definido no Decreto-Lei n.º 146/2006, de 31 de Julho, antes da apreciação pela Assembleia Municipal, os PAR devem ser submetidos a consulta pública. Assim, através da Deliberação n.º 858/CM/2013, a Câmara Municipal de Lisboa aprovou, na sua reunião de 27 de novembro de 2013, a abertura de um período de consulta pública da proposta de Plano de Ação de Ruído de Lisboa.

O mencionado período de consulta pública, que teve a duração de 30 dias úteis, decorreu de 12 de dezembro de 2013 a 28 de janeiro de 2014, findo o qual se procedeu à elaboração do competente Relatório de Ponderação da Consulta Pública, que faz parte da versão final da presente proposta de Plano, em conformidade com o disposto no artigo 14.º do Decreto-Lei n.º 46/2006, de 31 de julho.



### 3. Plano Ação do Ruído de Lisboa

#### 3.1. Caracterização do Ruído Ambiente no Município de Lisboa

De acordo com os Censos de 2011, Lisboa tem cerca de 547.733 mil habitantes. Por este motivo, está a cidade abrangida pelo enquadramento legal anteriormente referido, configurando-se como uma aglomeração com população residente superior a 250.000 habitantes e por isso sujeita à elaboração de mapas estratégicos de ruído para caracterizar o ambiente sonoro e dos respetivos planos de ação.

Desde 2008 que o município dispõe de mapas estratégicos de ruído, que integram o ruído rodoviário, ferroviário, aéreo e de fontes fixas. Quanto às fontes fixas, foram caracterizadas acusticamente as principais zonas de divertimento noturno na cidade de Lisboa: Parque das Nações (zona ribeirinha), Docas de Alcântara e Bairro Alto.

Estes mapas são um meio de diagnóstico precioso e revelador em detalhe das emissões sonoras e constituem uma ferramenta dinâmica que permite atualizações parciais, sempre que se justifique, para zonas sujeitas a alterações suscetíveis de influenciar o ambiente sonoro. Representam graficamente o ruído ambiente exterior, expresso pelos indicadores  $L_{den}$  e  $L_n$ , traçando as isófonas e as áreas por elas delimitadas, às quais corresponde uma determinada classe de valores expressos em dB(A).

Figura 1 – Mapa de Ruído Global para o período diurno-entardecer-noturno (24 horas)

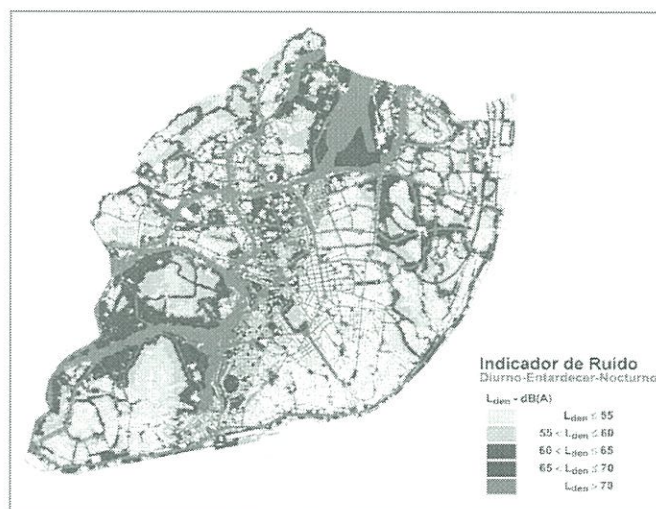
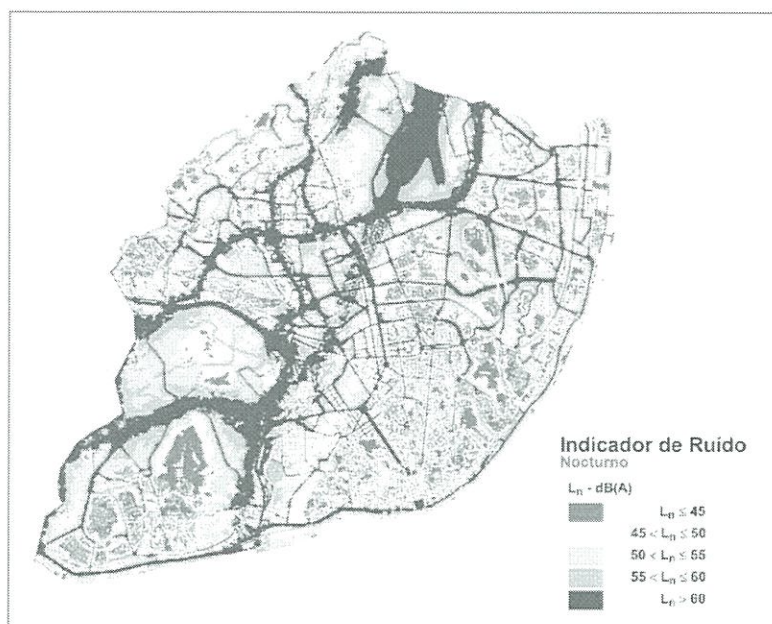


Figura 2 – Mapa de Ruído  
Global para o período  
noturno (23.00h – 07.00h)



Da observação dos mapas estratégicos de ruído verifica-se que as zonas que apresentam valores de ruído ambiente superiores a 60 e 70 dB(A) para  $L_n$  e  $L_{den}$ , correspondem a áreas próximas de vias de tráfego rodoviário intenso, sendo esta a principal fonte de ruído. Quanto ao tráfego ferroviário, este tem uma expressão muito localizada. O ruído do tráfego aéreo é na maior parte do território mascarado pelo ruído proveniente do tráfego rodoviário. No entanto, a sua influência faz-se notar nas zonas próximo do aeroporto e numa faixa que acompanha as rotas de aproximação.

De acordo com o mapa de conflitos<sup>3</sup> e analisando a distribuição dos níveis sonoros verifica-se que para o indicador  $L_{den}$ , 20% da área do município de Lisboa está acima do valor limite, dos quais 12% estão 5 dB(A) acima desse valor e 8% estão em valores superiores.

Tomando como base de trabalho os mapas de conflitos foram elaborados gráficos que traduzem a área do município que está exposta acima dos valores limite.

<sup>3</sup> Os mapas de conflitos resultam da sobreposição dos diversos mapas de ruído com a Carta de classificação de zonas definidas pelo município, ilustrando as zonas que apresentam valores de ruído ambiente acima dos estabelecidos por lei, para cada um dos indicadores.

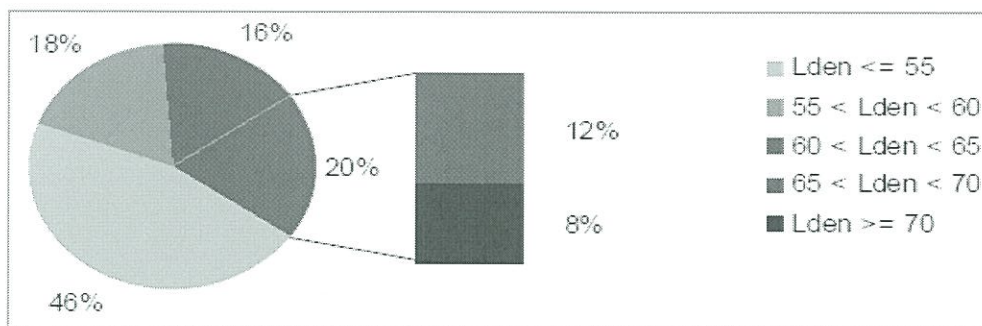


Figura 3 – Distribuição em área dos níveis sonoros,  $L_{den}$  dB(A)

Para o indicador  $L_n$  a área em desconformidade é maior, cerca de 41%, da qual 18% está nos 5 dB(A) acima dos 55dB e 23% em níveis superiores de ruído.

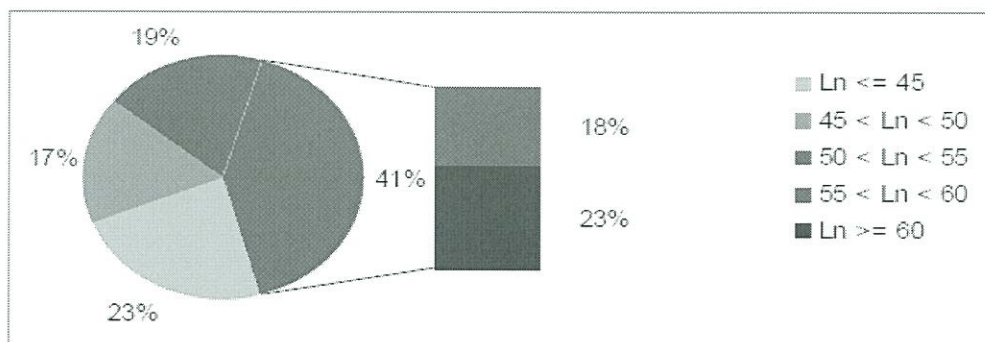


Figura 4 - Distribuição em área dos níveis sonoros,  $L_n$  dB(A)

### 3.2. Âmbito e objetivos

O Plano de Ação de Ruído (PAR) é um instrumento abrangente pois tem como objetivos, não só definir as medidas com vista à redução de ruído ambiente de modo a eliminar as desconformidades legais, mas também definir medidas preventivas para a preservação da qualidade do ambiente acústico, designadamente, através da manutenção e extensão das zonas “tranquilas”.





O PAR de Lisboa considera um conjunto de medidas, que à escala local, têm como objetivo proteger a saúde e o bem-estar dos cidadãos, reduzindo os níveis sonoros de ruído ambiente e preservando as zonas tranquilas.

### **3.3. Estratégia de intervenção**

Com o Plano de Ação do Ruído a Câmara Municipal de Lisboa dispõe de um documento estratégico e norteador da intervenção municipal, que define as linhas orientadoras de intervenção na rede viária da cidade, numa gestão pró-ativa, planeada e sustentada, com benefícios evidentes para a qualidade dos serviços prestados ao cidadão e para o meio ambiente.

O Plano de Ação está organizado em 3 fases, contemplando a totalidade dos residentes expostos a valores de ruído superiores a 65dB (Quadro 1 - Priorização dos projetos de acordo com o rácio Benefícios/Custos e com a redução de residentes expostos a >65db (A).). Na 1.<sup>a</sup> fase, as intervenções contemplam 79,24% destes residentes, num total de investimento 2.997.735 €, sendo assim realizadas nesta fase as intervenções com um rácio custo/benefício mais baixo e com maior importância para a maior fatia da população residente em zonas desconformes. Nas 2a e 3as fases, são abrangidos os restantes 12,88% e 7,88% da população afetada por ruído superior a 65dB, totalizando investimentos de 3.198.600€ e 3.057.052€, respetivamente. Deve salientar-se que esta calendarização coloca como prioritárias as intervenções mais perto do maior número de munícipes, remetendo a maior obra (repavimentação da 2a circular) para uma 2a fase, respondendo desta forma a uma melhoria mais rápida da qualidade de vida de quase 80% dos munícipes que neste momento são afetados por níveis de ruído considerados altamente perturbadores do descanso e bem-estar.

	POSICÃO	ZONA	RÁCIO B/C	CUSTOS (€)	REDUÇÃO DE RESIDENTES EXPOSTOS A >65dB(A)
1ª FASE	1ª	Alcântara	10,553	309.590	913
	2ª	Estrada de Benfica	11,048	108.000	478
	3ª	Maria Pia	8,929	40.500	116
	4ª	Sampaio Bruno	14,957	15.000	88
	5ª	Avenida de Ceuta	4,544	162.900	544
	6ª	Gago Coutinho/Almirante Reis	5,409	228.300	317
	7ª	Campo Grande/Avenida do Brasil	2,214	92.700	226
	8ª	Carriche/Padre Cruz	5,173	211.350	213
	9ª	Infante Santo	3,174	121.000	201
	10ª	Estados Unidos da América	1,853	117.600	194
	11ª	Avenidas Novas	1,538	566.910	174
	12ª	Avenida de Roma	2,789	129.600	147
	13ª	Radial de Benfica	1,459	204.000	134
	14ª	Estrada da Luz	4,552	49.500	121
	15ª	Morais Soares	5,583	38.700	95
	16ª	António Augusto de Aguiar	1,650	86.850	79
	17ª	Nações Unidas	4,604	46.350	71
	18ª	Campolide	2,027	103.335	64
	19ª	Alfredo Bensaúde	1,825	117.600	56
	20ª	São Bento/D. Carlos I	4,972	53.790	55
	21ª	Fontes Pereira de Melo	1,828	65.625	40
	22ª	João XXI	3,352	63.225	17
	23ª	Rua da Venezuela	2,029	40.800	11
	24ª	Escola Politécnica	4,759	24.510	8
		<b>Subtotal</b>		<b>2.997.735</b>	<b>4.362</b>
		<b>%</b>		<b>32,39%</b>	<b>79,24%</b>
2ª FASE	25ª	2ª Circular	0,862	3.198.600	709
		<b>Subtotal</b>		<b>3.198.600</b>	<b>709</b>
		<b>%</b>		<b>34,57%</b>	<b>12,88%</b>
3ª FASE	26ª	Liberdade e Envolvente Poente	0,186	1.214.490	193
	27ª	Baixa Pombalina	0,535	113.835	174
	28ª	Forças Armadas	0,409	258.975	63
	29ª	Avenida Lusitana	0,001	1.469.752	4
		<b>Subtotal</b>		<b>3.057.052</b>	<b>434</b>
		<b>%</b>		<b>33,04%</b>	<b>7,88%</b>
<b>Total das 3 fases</b>				<b>9.253.387</b>	<b>5.505</b>

Quadro 1 - Priorização dos projetos de acordo com o rácio Benefícios/Custos e com a redução de residentes expostos a >65db (A)



### 3.4 Soluções preconizadas no Plano

A análise e avaliação do ambiente sonoro no município de Lisboa permitiu identificar dois tipos de situações, com necessidade de intervenção diferenciada. As áreas que se encontram com níveis sonoros de ruído ambiente acima dos valores regulamentares foram consideradas **Zonas Desconformes** e a estratégia de atuação assenta na redução do ruído e, as zonas que apresentam valores de  $L_{den}$  e  $L_n$  menores que 55 e 45 dB(A), respetivamente, foram designadas por **Zonas Tranquilas** e a estratégia é de manutenção e extensão das mesmas.

Pelo exposto, o PAR preconiza dois níveis distintos de intervenção que incidirão sobretudo sobre o tráfego rodoviário.

Dada a necessidade de cumprir os valores-limite de concentração de poluentes na cidade, a CML integrou um grupo de trabalho para a execução do Plano de Melhoria da Qualidade do Ar na Região de Lisboa e Vale do Tejo, aprovado pela Portaria 715/2008, de 6 de Agosto. Este documento prevê a implementação de uma série de medidas que tendo como objetivo principal a melhoria da qualidade do ar, têm repercussões ao nível do conforto acústico, a saber: a implementação de uma Zona de Emissões Reduzidas (ZER), renovação de veículos pesados de recolha de resíduos, redução da frota municipal de veículos ligeiros de passageiros e consolidação da rede ciclável, extensão e criação de novos corredores bus, entre outros.

A totalidade das medidas contempladas no PAR encontra-se sintetizada na seguinte matriz.



Zonas prioritárias de intervenção		Redução de Ruído na fonte						Redução de Ruído no meio de propagação			Redução de Ruído no recetor		
		Renovação do Parque automóvel	Pavimento	Reperilamento	Controlo de velocidade	Limitação de velocidade	Reordenamento da circulação e do estacionamento	Limitação à circulação de pesados	Promção da utilização de transportes públicos / transportes alternativos	Uso do solo	Barreiras acústicas / talude	Reforço do isolamento de fachada	Desenho urbano e arquitetónico
1	Camche / Al. Linha de Torres		A	D	A		A		A				
2	Alfredo Bensaúde		A		E				A				
3	Nações Unidas		A						A				
4	Estrada da Luz		A	B	B				A		B	B	B
5	Estrada de Benfica		A/B			A		A	A				
6	Rua da Venezuela		A						A				
7	Gago Coutinho / Almirante Reis	C	A		E		A		C				
8	Campo Grande / Av. do Brasil		A/E		E	A			A				
9	Av. de Roma	C	A					A	C				
10	Estados Unidos da América		A						A				
11	Forças Armadas		A			A			A				
12	João XXI	C	A		E				C				
13	Avenidas Novas	C	A	A	E				C				
14	Campolide	C	A						C				
15	António Augusto de Aguiar	C	A						C				
16	Morais Soares	C	A				A		C				
17	Fontes Pereira de Melo	C	A						C				
18	Liberdade e Envolvente Poente	C	A/B	B			B	A	C			B	B
19	Av. de Ceuta		A		E				A				
20	Maria Pia	C	A			B			C	B		B	B
21	Sampaio Bruno	C	A			A		A	C				
22	Escola Politécnica	C	A			A	B	A	C			B	B
23	São Bento / D. Carlos I	C	A				B		C				
24	Baixa Pombalina	C	A/B	B		B		A	C			B	
25	Infante Santo	C	A			A			C				
26	Alcântara		A/B			B	B		A			B	B
27	Lusitana		A/B		B	A			A	A	A/B		
28	2ª Circular		A	D	E				A		A/E		
29	Radial de Benfica		A		E				A	A			

Legenda:

A	Medidas propostas pelo Plano de Ação
B	Medidas previstas em PMOTs
C	Medidas previstas noutros instrumentos
D	Medidas que carecem de estudos complementares
E	Medidas já implementadas



As medidas do PAR são assim sobretudo, tomadas ao nível da redução do ruído na fonte (com pavimento, limitação de velocidade e limitação à circulação de veículos pesados) e redução no meio de propagação (com a promoção da utilização dos transportes públicos e/ou alternativos e colocação de barreiras acústicas e construção de taludes).

O PAR também refere um conjunto de medidas de atuação complementar às propostas de intervenção previstas, que podem contribuir não apenas para uma melhoria da qualidade do sistema de mobilidade e transportes da cidade de Lisboa, mas também, e por consequência, para uma melhoria dos níveis de ruído. São apontadas medidas para as zonas de diversão noturna, política de estacionamento, política de uso de solos, logística e sensibilização ambiental.

#### **3.4.1. Zonas desconformes**

A identificação deste tipo de zonas resulta da análise do Mapa de Conflitos que, conjugado com a distribuição espacial da população exposta aos diferentes níveis de ruído acima dos valores regulamentares, quer para o período diurno-entardecer-noturno, quer para o período noturno, permitiu delimitar as áreas a intervir considerando diferentes intervalos de ultrapassagem dos valores limite. Consideraram-se dois níveis de conflito, até 5 dB(A) acima do valor regulamentar e superior em mais do que 5 dB(A), que associados ao número de habitantes expostos a esses mesmos níveis, constituíram um dos principais critérios a aplicar.

De acordo com a metodologia referida foram identificadas 29 zonas prioritárias de intervenção, a saber:

1. Carriche / Alameda das Linhas de Torres
2. Alfredo Bensaúde
3. Nações Unidas



4. Estrada da Luz
5. Estrada de Benfica
6. Rua da Venezuela
7. Gago Coutinho / Almirante Reis
8. Campo Grande / Av. do Brasil
9. Av. de Roma
10. Estados Unidos da América
11. Forças Armadas
12. João XXI
13. Avenidas Novas
14. Campolide
15. António Augusto de Aguiar
16. Morais Soares
17. Fontes Pereira de Melo
18. Liberdade e Envolvente Poente
19. Av. de Ceuta
20. Maria Pia
21. Sampaio Bruno
22. Escola Politécnica
23. São Bento / D. Carlos I
24. Baixa Pombalina
25. Infante Santo
26. Alcântara
27. Lusíada
28. 2ª Circular
29. Radial de Benfica





Cada uma das zonas foi devidamente caracterizada, mapeada e foi proposto um conjunto de medidas passíveis de ser implementadas, organizadas de acordo com os três tipos de abordagens fundamentais, ou seja, redução de ruído na fonte, redução do ruído no meio de propagação e redução do ruído no recetor.

### **3.4.2. Zonas tranquilas**

No que se refere às zonas com características sonoras de zonas tranquilas, a sua manutenção deverá constituir o requisito mínimo de qualquer estratégia de intervenção, devendo-se preventivamente, restringir ou limitar a promoção de ações que conduzam ao incremento dos níveis sonoros existentes.

De acordo com o Decreto-Lei n.º 146/2006, de 31 de julho, zonas tranquilas, são zonas que estão expostas a um valor de  $L_{den}$  igual ou inferior a 55 dB(A) e de  $L_n$  igual ou inferior a 45 dB(A), como resultado de todas as fontes de ruído existentes.

O PDM de Lisboa identifica zonas de moderação de tráfego (zonas 30), como zonas a serem implementadas, entre outras, em áreas residenciais consolidadas, tendo como principais objetivos:

- Proteger os bairros do tráfego de atravessamento indesejado;
- Reduzir a poluição ambiental associada à circulação dos veículos motorizados;
- Reduzir o ruído provocado pela circulação dos veículos;
- Assegurar a segurança rodoviária para todos os utilizadores especialmente para os utilizadores não-motorizados (peões e ciclistas);
- Reduzir a ocorrência e a gravidade dos acidentes.

Para a delimitação das zonas tranquilas procedeu-se à interseção das áreas que cumprem os limites atrás referidos, com as zonas 30 atualmente previstas em PDM e em que predomine o uso habitacional. Dessa interseção resultou uma área que, pela sua dimensão e



homogeneidade, é passível de ser intervencionada de modo a preservar o seu ambiente sonoro independentemente da envolvente.

Também foram estudados com vista à avaliação do cumprimento dos requisitos atrás referidos os bairros históricos com acesso condicionado, os bairros BIP/ZIP e os espaços verdes.

Não foram consideradas as áreas com elevada concentração de atividades ruidosas permanentes, nomeadamente estabelecimentos de restauração e bebidas.

De acordo com metodologia referida foram identificadas 12 zonas tranquilas, a saber:

1. Belém / Pedrouços
2. Bairro das Terras do Forno
3. Área Envolvente ao Largo da Paz
4. Bairro Madre de Deus
5. Castelo
6. Restelo
7. Tapada da Ajuda
8. Jardim Botânico
9. Bairro dos Atores
10. Bairro do Arco do Cego
11. Bairro do Charquinho
12. Parque das Nações Sul

### **3.5. Orçamento**

A execução deste Plano exige, desde logo, uma aproximação estratégica na ótica do planeamento: as grandes opções previstas no Plano carecem de concretização adaptada ao território concreto.



Por outro lado, a execução deste Plano exige uma aproximação transversal, congregando as várias valências municipais, por forma a assegurar o desenvolvimento integrado do mesmo.

O investimento estimado à concretização integral do Plano, que ascende a um valor superior a **9 milhões de euros** foi determinado para as 29 zonas desconformes. Este valor respeita ao sobrecusto, isto é, corresponde à diferença de preço entre os dois materiais utilizados na pavimentação (microbetão betuminoso com e sem fibras com capacidades absorventes do ruído), uma vez que a pavimentação das vias com camada de desgaste em microbetão betuminoso com betumes modificados e gravilha basáltica faz parte da manutenção habitual e, portanto, terá sempre de ser realizada.

Foi considerado como custo de investimento das soluções propostas as intervenções da exclusiva responsabilidade do PAR:

- Colocação de barreiras acústicas
- Reperfilamento
- Pavimentação

#### **4. Audições**

Atendendo à relevância do assunto, considerou a 4ª Comissão e 8ª Comissão ser necessário e vantajoso para uma melhor e mais abrangente apreciação do Plano de Ação do Ruído (PAR), proceder às audições do Vereador José Sá Fernandes e de representantes da Divisão do Ambiente e Energia da CML.

##### **4.1. 04 de Junho 2015**

##### **Divisão do Ambiente e Energia – Eng.º José Canedo e Eng.º João Pedro Santos**

O Eng.º José Canedo informou que o PAR decorre do previsto no Decreto-Lei n.º 146/2006, de 31 de Julho, que transpõe para a ordem jurídica interna a Diretiva n.º 2002/49/CE do





Parlamento Europeu e do Conselho, de 25 de Junho relativa à avaliação e gestão do ruído ambiente, e que determina a competência aos municípios para elaborar, aprovar e alterar os mapas estratégicos de ruído e os PAR para as aglomerações.

Informou que o PAR só considera o ruído rodoviário e que o mesmo identifica 29 zonas prioritárias de intervenção, com indicação das medidas a realizar e 12 Zonas tranquilas em que a estratégia assenta na manutenção e extensão dessas zonas.

O Plano considerou o mapa de ruído datado de 2010 e delimita zonas que apresentam valores de ruído ambiente superiores a 60 e 70 dB(A) para Ln e Lden, respetivamente.

O PAR prevê a monitorização das ações preconizadas e o investimento aproxima-se dos 9 milhões de euros.

Em resposta às questões colocadas pelos membros da Comissão, disse que quanto às fontes de ruído ferroviário e aéreo, de acordo com a legislação em vigor são as entidades responsáveis/gestoras, neste caso a IP e a ANA, que têm competência para a elaboração de Planos de Ações.

Referiu, ainda, que o PAR prevê ações de sensibilização dirigidas aos munícipes e entidades que atuam na cidade, nomeadamente INEM, Bombeiros e os serviços de remoção de resíduos da CML, já que este serviço prestado pelo município decorre maioritariamente no período que coincide com o repouso dos munícipes e estas foram questões levantadas de forma pertinente durante a consulta pública.

#### **4.2. 26 de Junho 2015**

##### **Vereador José Sá Fernandes**

O Vereador referiu que o Plano de Ação é um documento que considera um conjunto de medidas prioritárias à escala local com o objetivo de proteger a saúde humana e o bem-



estar dos cidadãos reduzindo os níveis sonoros do ruído ambiente. A estratégia é “atacar” o ruído proveniente de tráfego rodoviário uma vez que o ruído aéreo e ferroviário serão outras entidades a fazê-lo, a saber, a ANA e a IP (Infraestruturas de Portugal).

Disse também que atualmente já existem menos municípios expostos a um nível de ruído acima da Lei, consequência do trabalho que a CML tem vindo a desenvolver, nomeadamente com a criação de zonas verdes, zonas de acalmia de tráfego.

O vereador fez-se acompanhar pelo Eng.º José Canedo que deu exemplos de medidas já implementadas com indicação de valores de ruído medidos antes e depois das intervenções. É o caso da Av. Duque D’Ávila e a Quinta do Bom Nome que embora não esteja prevista no PAR, a simples modelação do terreno reduziu significativamente o ruído nas habitações.

Em resposta às questões colocadas pelos membros da Comissão referiu que as zonas de diversão noturna vão ter regulamento específico e que nas vias principais deve-se fomentar os corredores BUS para autocarros que produzam menor ruído.

### **III. OPINIÃO DAS FORÇAS POLÍTICAS E DO RELATOR**

As forças políticas representadas na 4ª Comissão Permanente - Comissão de Ambiente e Qualidade de Vida e bem assim, a Deputada Municipal Relatora, reservam as suas opiniões e o seu sentido de voto para o Plenário da Assembleia Municipal, onde seja debatido e votado o presente Parecer.

### **IV. CONCLUSÕES**

A gestão do ruído em Lisboa terá que evoluir no sentido da cidade passar a dispor de ferramentas que definam estratégias de manutenção das medidas preconizadas no PAR. Para o efeito, deve estar dotada de sistemas de monitorização, a fim de recolher e



armazenar informação referente ao respetivo funcionamento dinâmico, auxiliando a tomada de decisões de forma a otimizar os investimentos a realizar.

## **V. RECOMENDAÇÕES À CÂMARA MUNICIPAL DE LISBOA**

Das audições em sede de comissão e do debate que nelas surgiu, a 4.ª e 8.ª Comissões Municipais Permanentes, solicitam à Presidente da AML, após consulta ao plenário, dirigir à CML as seguintes recomendações no que concerne às matérias deste plano e áreas conexas:

- 1) Que a CML dê início à concretização do Plano de Ação do Ruído de Lisboa, pelas ações que tenham o melhor rácio Benefícios/Custos;
- 2) Que a Câmara defina uma estratégia de comunicação eficaz, envolvendo Juntas de Freguesia, Associações de moradores, Turismo de Lisboa, que permita informar e sensibilizar os munícipes, visitantes e todas as entidades, municipais ou outras, que atuam na cidade, sobre a importância do ruído na definição do bem-estar da população, bem como da importância da implementação das medidas de um Plano de Ação do Ruído;
- 3) Que a CML proceda à atualização dos mapas de ruído e monitorize os efeitos do PAR na redução dos níveis de ruído na cidade;
- 4) Que a CML dê prioridade à preservação do ambiente sonoro de áreas identificadas no PAR como zonas tranquilas, contribuindo para a diminuição dos níveis de ruído e do tráfego de atravessamento nos bairros residenciais da cidade, essencialmente através da implementação dos instrumentos previstos no PDM (e.g., programa das zonas 30);
- 5) Que a CML estude, sempre que possível, alternativas às barreiras acústica como plantação de arvoredo ou construção de taludes com coberto vegetal ou soluções de plantação vertical e/ou que permitam o crescimento de plantas, associadas à





colocação das barreiras acústicas tradicionais, para permitir uma redução do impacto visual provocado pelas mesmas;

- 6) Que a CML aquando de licenciamento urbanístico, promova a adoção das Boas Práticas de construção junto das entidades promotoras, como medidas de isolamento sonoro, nomeadamente através da concessão de algum tipo de reconhecimento;
- 7) Que a CML, visando essencialmente a verificação da eficácia das medidas de minimização do ruído adotadas, dê conhecimento à Assembleia Municipal da implementação do Plano de Ação do Ruído e do Programa de Monitorização, com uma periodicidade não inferior a semestral;
- 8) Que a CML desenvolva esforços junto das outras entidades que, em Lisboa, têm a obrigação legal de criar, implementar e fazer cumprir Planos de Ação do Ruído, a saber, a ANA e a IP, para que o façam no mais breve prazo possível, no sentido de melhorar a qualidade de vida na cidade de uma forma concertada;
- 9) Que a CML dedique particular atenção à regulamentação que pode condicionar o ruído de vizinhança, que, não sendo objeto do Plano de Ação do Ruído, preocupam e condicionam a qualidade de vida dos munícipes, nomeada, mas não exclusivamente, nas zonas históricas da cidade, com medidas concretas, dirigidas aos munícipes, mas também aos turistas e a toda a indústria que suporta o turismo, no sentido de garantir que o descanso e tranquilidade dos munícipes é uma prioridade, a par do crescimento económico da cidade. Destas medidas devem destacar-se as relacionadas com todos os meios de transportes motorizados mais ruidosos, que foram já alvo de deliberação nesta Assembleia, num parecer da 2.ª Comissão Permanente (aprovado pela 2ª Comissão na reunião de 28 de janeiro de 2015, cujas conclusões foram submetidas à apreciação da Assembleia através da Recomendação 01/57 de 2015), que deverão ser tidas em conta pela CML e dada prioridade à sua implementação; bem como medidas relacionadas com o ruído associado a



estabelecimentos de restauração e bebidas, que foram também alvo de deliberação recente desta Assembleia e recomendações à CML (em resposta à Petição n.º 9/2014, foi elaborado pela 4.ª Comissão um relatório, aprovado por unanimidade na reunião de 12 de janeiro de 2015, e apreciada em plenário a recomendação contida nesse parecer, a qual foi aprovada, dando origem à Deliberação 5/AML/2015, publicada em BM: 2.º Supl. ao BM 1091), e que estas Comissões consideram importante ser reforçada a importância da sua consideração.

Este Parecer foi APROVADO por UNANIMIDADE das forças políticas presentes na Comissão.

Lisboa, 8 julho de 2015

Os deputados relatores e presidentes da 4.ª e 8.ª Comissão Municipais Permanentes,

---

Sofia Cordeiro

4.ª Comissão Municipal Permanente  
de Ambiente e Qualidade de Vida

---

Fernando Nunes da Silva

8.ª Comissão Municipal Permanente  
de Mobilidade e Segurança